

Manifestação de Intenção de Recurso

Pregão Eletrônico nº: 016/2025

Item: 73 – Pão de Hambúrguer

Licitante: *Padaria Mais Sabor do Valle LTDA – CNPJ 48.461.170/0001-08*

I – DOS FATOS

Durante a etapa de lances do item em referência, o certame encontrava-se em fase de prorrogação automática, com esta licitante (*Padaria Mais Sabor do Valle LTDA*) ocupando a melhor posição, com o valor de R\$ 4,19.

Às 12:30:09, o participante Alexandre Teixeira Virgínio ME apresentou lance de R\$ 1,00, valor manifestamente equivocado, e imediatamente enviou mensagem à pregoeira solicitando o cancelamento.

O cancelamento, entretanto, não foi realizado de forma imediata ocorreu apenas às 12:32:16, ou seja, mais de dois minutos depois do pedido, quando restavam cerca de 08 segundos para o encerramento da prorrogação automática.

Nesse intervalo, o participante Atendo Distribuidora Atacadista e Serviços Sociedades Unipessoal Ltda ofertou lance de R\$ 4,15, o que, conforme a ata do sistema, gerou nova prorrogação automática de 2 minutos.

Contudo, como o sistema exibe apenas o menor lance visível, e o lance de R\$ 1,00 ainda não havia sido cancelado naquele momento, a nova oferta vencedora não era perceptível no painel. Assim, esta licitante permaneceu acreditando que o tempo estava se esgotando e que ainda era a detentora da melhor oferta (R\$ 4,19).

Somente após o cancelamento do lance de R\$ 1,00, já nos segundos finais é que o sistema reconheceu o valor de R\$ 4,15 como o novo melhor lance, não havendo tempo hábil para reação.

Logo após o encerramento, esta licitante registrou mensagem solicitando a reabertura do item, informando que “faltava 15 segundos pra prorrogação fechar e o lance de 1,00 foi cancelado, não consegui ofertar melhor lance”. A pregoeira respondeu que “o sistema é automático e esta pregoeira não tem gerência sobre a plataforma”.

II – DO DIREITO

O ocorrido configura falha procedimental, com prejuízo direto à isonomia e à competitividade do certame.

Nos termos dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório deve assegurar os princípios da isonomia, da competitividade, da transparência e do julgamento objetivo. Tais princípios foram comprometidos na medida em que o sistema, ao exibir um lance manifestamente equivocado (R\$ 1,00), omitiu a visibilidade do preço gerado por um novo lance efetivo (R\$ 4,15), o que impediu a reação tempestiva dos demais licitantes, inclusive desta empresa.

Adicionalmente, o art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o pregoeiro é o responsável pela condução da sessão pública, cabendo-lhe adotar as medidas necessárias à sua regularidade e ao cumprimento dos princípios que regem a licitação. O Edital (cláusula 6.13) reforça esse dever, ao prever expressamente que o pregoeiro poderá adotar medidas saneadoras em qualquer fase do certame, para garantir a legalidade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Também a cláusula 6.7 do Edital autoriza o pregoeiro a excluir lances que contenham erro evidente, devendo, portanto, atuar de forma célere para evitar prejuízo à dinâmica da disputa. No caso em tela, a demora de mais de dois minutos para o cancelamento do lance incorreto, exatamente no final do tempo da prorrogação automática, comprometeu a regularidade do procedimento.

Por fim, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 3121/2014 – Plenário), é admissível o cancelamento de lance com erro material e a reabertura da disputa sempre que houver risco à isonomia e à proposta mais vantajosa. Cito:

“Cabe ao pregoeiro assegurar a correta condução do certame, inclusive com a reabertura da fase competitiva ou prorrogação do tempo, sempre que fatos concretos demonstrarem que houve prejuízo à competitividade em razão de falhas no sistema ou problemas técnicos que afetaram os lances.”

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento desta manifestação de intenção de recurso, nos termos do edital;
2. O reconhecimento da falha procedimental, em razão do atraso no cancelamento do lance indevido e da falta de comunicação clara sobre o novo preço e a nova prorrogação automática;
3. A anulação da etapa de lances do item em questão, com a consequente reabertura da disputa, a fim de restabelecer a igualdade e a competitividade entre os licitantes.

Nestes termos,
Pede deferimento.

São José do Vale do Rio Preto/RJ, 05 de novembro 2025.

Padaria Mais Sabor do Valle LTDA
CNPJ: 48.461.170/0001-08
Representante: Fabiana Cordeiro Gusmão Freitas